

O que fazer com os eventos privados? Reflexões a partir das ideias de Baum, parte II: a invasão da privacidade

(What should we do with private events? Remarks on Baum's ideas, part II: the invasion of privacy)

Diego Zilio*¹ & Alexandre Dittrich**

*Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru.

**Universidade Federal do Paraná
(Brasil)

RESUMO

No primeiro ensaio dedicado à crítica das propostas de Baum (2011a, 2011b) acerca dos eventos privados, tratamos da definição de privacidade e da proposta de análise molar do comportamento. Dando continuidade à nossa análise, neste segundo ensaio focaremos os supostos problemas que, de acordo com Baum, estariam associados aos eventos privados. Os temas centrais serão: a distinção entre privacidade em princípio e privacidade contingente, a possibilidade de invasão da privacidade e o papel dos eventos privados na análise do comportamento. Em resposta aos argumentos de Baum, sustentaremos que, mesmo que a tese da privacidade em princípio seja válida, ela não tem como consequência necessária a volta do dualismo mente-corpo, e que tampouco consiste em violação do modelo de ciência natural aceitar os eventos privados (sejam eles privados em princípio ou de forma contingente) como objeto de estudo legítimo da análise do comportamento.

Palavras-chave: Eventos privados; Privacidade em princípio; Privacidade contingente; Invasão da privacidade; W. M. Baum; Behaviorismo radical.

ABSTRACT

In the first essay dedicated to the analysis of Baum's (2011a, 2011b) ideas regarding private events, we focused on the definition of privacy and on his proposal of molar analysis of behavior. Proceeding with our analysis, in this essay we will focus on the allegedly problems that Baum associates with private events. The main topics will be the distinction between privacy in practice and privacy in principle, the possibility of invading privacy, and the function of private events in behavior analysis. In response to Baum's arguments, we will argue that mind-body dualism is not a consequence of assuming privacy in principle. Additionally, accepting private events (being them private either in principle or in practice) as a subject matter of behavior analysis does not violate the assumptions of natural sciences.

Keywords: private events, private in principle, private in practice, invasion of privacy, Baum, radical behaviorism.

1) Endereço para correspondência: E-mail: diego.zilio@terra.com.br.

Em ensaio anterior, discorreremos sobre duas questões acerca dos eventos privados a partir das ideias desenvolvidas por Baum (2011a, 2011b). A primeira diz respeito à própria definição de privacidade. Como vimos, para Baum (2011b), “*privado* significa, por definição, inobservável pelo outro” (p. 237). No entanto, argumentamos que a impossibilidade de acesso é apenas uma consequência da privacidade e não a sua característica definidora. Essa estaria na forma especial por meio da qual o contato com os eventos privados é estabelecido, a saber, através dos sistemas nervosos interoceptivo e proprioceptivo e de conexões endógenas do sistema nervoso central. Trata-se do “contato especial” descrito por Skinner (1963). É esse contato especial que torna os eventos privados inobserváveis a terceiros.

A segunda questão com a qual lidamos no ensaio anterior consistiu na alternativa molar de análise dos eventos privados e sua relação com as categorias de eventos que Baum (2011a) associou à privacidade. Argumentamos que Baum foi impreciso em suas exemplificações de eventos privados, ora associando-os com eventos fisiológicos, ora generalizando o conceito para termos psicológicos cujos significados iriam além da privacidade, tais como sensações, resolução de problemas, pensamento, conhecimento, crenças, desejos, intenções, e assim por diante. Considerou-se que a análise molar poderia ser ferramenta útil para lidar com os eventos comportamentais públicos normalmente associados a esses termos psicológicos, mas que isso não justificaria a eliminação dos eventos privados como objeto de estudo legítimo da análise do comportamento.

Assumindo-se que, justamente por não englobar os eventos privados, a alternativa molar de Baum seja incompleta, então a questão que se coloca é: o que fazer com os eventos privados? É possível estudá-los experimentalmente? Eles são importantes na explicação do comportamento? É possível eliminá-los da ciência do comportamento? Torná-los públicos é uma possibilidade? Baum (2011a, 2011b) também tratou dessas questões, mas suas respostas são passíveis de crítica.

PROBLEMAS ASSOCIADOS AOS EVENTOS PRIVADOS

Baum (2011a, 2011b) argumenta que haveria problemas intrínsecos aos eventos privados e que, por conta disso, estes não deveriam fazer parte de uma ciência natural do comportamento. Na discussão desses problemas, o autor distingue duas abordagens acerca do *status* da observabilidade dos eventos privados.

Em primeiro lugar, há a tese segundo a qual “um evento privado pode apenas ser conhecido pelo seu possessor. ... De acordo com essa noção, eventos privados são em princípio privados, nunca podem ser conhecidos por outrem e, por isso, são qualitativamente diferentes dos eventos públicos” (2011a, pp. 187-188). O ponto principal do argumento é que, mesmo considerando os avanços da ciência e da tecnologia, os eventos privados nunca deixariam de ser privados. Seria em princípio impossível torná-los públicos - a invasão da privacidade seria uma tarefa irrealizável. Para Baum (2011a), essa tese implica a existência de uma diferença “qualitativa” entre eventos públicos e eventos privados e, como consequência, a volta do dualismo: “A aceitação dos eventos privados em princípio introduz novamente o dualismo interno-externo... Ao invés do problema mente-corpo, nós teríamos o igualmente intratável problema de como o assim chamado evento privado poderia servir de estímulo para o comportamento público” (p. 188). O argumento de Baum parece seguir a seguinte lógica: (a) se assumirmos que os eventos são em princípio privados; (b) então, amparados por uma suposta diferença “qualitativa” entre esses tipos de eventos, acabamos por aceitar a dicotomia público-privado; (c) que é igualmente problemática se comparada à dicotomia mente-corpo; (d) visto que nunca poderemos saber como os eventos privados se relacionam com eventos públicos.

Por outro lado, há a tese da privacidade contingente (ou acidental)². Novamente com Baum (2011a):

2) Especificamente, Baum descreve a privacidade contingente como “privacidade na prática”. Achamos que o termo “contingente” traduz de modo mais acurado o sentido dado ao termo.

O segundo uso do privado o aborda puramente como uma questão prática. Nessa perspectiva, a privacidade do cantar quando estou sozinho é realmente a mesma que a privacidade de um pensamento ou sentimento. Nenhum evento é privado em princípio; pensamentos e sentimentos são em princípio públicos, desde que sejamos capazes de inventar aparatos para observá-los. Essa ideia depende da fé de que, com avanços técnicos suficientes, até mesmo os pensamentos e sentimentos mais sutis de uma pessoa poderiam ser observados por outrem. (p. 188)

Dessa forma, o comportamento do romancista de escrever sozinho em sua sala é tão privado quanto a dor lombar que ele sente em decorrência de estar sentado na mesma posição por um longo período de tempo. Se alguém entrasse na sala o comportamento de escrever iria se tornar público. E mais, com os devidos aparatos tecnológicos, até mesmo a dor lombar poderia ser “observada” por terceiros. Em linhas gerais, a tese da privacidade contingente supõe que a privacidade dos eventos se deva a limites tecnológicos (i.e., relativos ao observador), e não às diferenças qualitativas entre eventos públicos e privados. A invasão da privacidade seria em princípio possível. A privacidade da dor seria análoga à privacidade da sinapse antes da criação do microscópio de elétron. Esse artefato tornou possível a observação das sinapses. Seria apenas uma questão de tempo até que fosse desenvolvida uma tecnologia capaz de tornar pública a privacidade da dor e de todo e qualquer evento comportamental “privado”.

No entanto, mesmo evitando o suposto dualismo da privacidade em princípio, já que não haveria diferenças qualitativas entre eventos públicos e privados, de acordo com Baum a tese da privacidade contingente também possui problemas. Primeiramente, a tese é amparada pela crença ou, utilizando o termo de Baum (2011a), “fé” de que um dia avanços tecnológicos produzirão uma “máquina anti-privacidade”. Para Baum (2011a), essa máquina ainda não existe e é possível que nunca venha a existir: “[essa abordagem] apoia-se em uma questão de fé que não pode ser invalidada. Nenhuma máquina anti-privacidade existe no presente, e possivelmente nenhuma nunca irá existir” (p. 188). Em segundo lugar, mesmo que essa máquina existisse e que pudéssemos usá-la em contextos experimentais controlados, ela não seria útil, já que não poderíamos utilizá-la no dia-a-dia. Novamente com Baum (2011a): “de um ponto de vista prático, mesmo que eventos privados possam ser ‘expostos’ no laboratório, no dia-a-dia ... eventos privados permanecem privados. Mesmo que máquinas anti-privacidade existissem, elas estariam disponíveis apenas no laboratório e não na vida diária” (p. 189). Por fim, a validação da informação produzida por essa máquina dependeria da confirmação do sujeito cuja privacidade foi invadida. Não podemos dizer que observamos através da máquina anti-privacidade o pensamento *P* ou a dor *D*, sem que o sujeito do pensamento e da dor também confirme que é esse o caso. Para Baum (2011a), essa confirmação depende da introspecção: “o terceiro e maior problema é que ... a máquina seria sempre subordinada ao testemunho da pessoa sendo interrogada. ... [Ela] requer que a pessoa corrobore o resultado, presumivelmente a partir da introspecção, que é sempre discutível” (p. 190).

Em síntese, de acordo com Baum (2011a), se adotarmos a tese da privacidade em princípio recairemos no problema do dualismo mente-corpo, agora descrito como dualismo interno-externo. Por outro lado, também há problemas com a tese da privacidade contingente, tendo em vista que a tecnologia para invasão da privacidade ainda não existe e, ainda que existisse, seria de aplicação limitada e dependente da confirmação introspectiva por parte dos sujeitos dos eventos privados.

Em suas críticas, porém, Baum (2011a, 2011b) não se limitou à descrição dos problemas diretamente associados a essas duas teses sobre a natureza da privacidade. Também é possível encontrar críticas que avaliam a pertinência da adoção dos eventos privados no contexto de uma ciência natural do comportamento. Aqui estão alguns exemplos, nas palavras de Baum (2011a): “... admitir a importância dos eventos privados é introduzir eventos hipotéticos que parecem ser ... causas ocultas, e é enfraquecer a defesa behaviorista de uma verdadeira ciência natural do comportamento” (p. 193); “uma ciência natural não inclui lugar para causas ocultas e inobserváveis; nem espíritos, nem essências, e nem um self interior” (p. 199); “se a análise do comportamento é uma ciência, nós não podemos explicar o comportamento observado simplesmente

inventando coisas, mesmo que insistamos que as coisas inventadas sejam ‘iguais’ às coisas que observamos. Apenas na psicologia popular eventos privados causam comportamento” (p. 191); e finalmente:

... o pensamento é comportamento adicional a ser explicado, mas geralmente, como Skinner observou, o pensamento não é observado. Particularmente, se é inobservável, o pensamento de Tom não causa [o seu comportamento] de chamar [uma pessoa para retribuir um favor]. O comportamento pode ser causado por eventos ambientais como comida, ferimentos, e pessoas trocando favores, mas, numa ciência natural, ele não pode ser causado por eventos inobserváveis. (p. 191)

Baum associa eventos privados a eventos inobserváveis. Até aqui não há novidades, já que o autor (2011b), conforme descrito anteriormente, definiu eventos privados como aqueles que são inobserváveis a terceiros. Porém, nessas passagens Baum apresenta outras qualificações aos eventos privados. Estes eventos seriam “hipotéticos” e “causas ocultas” normalmente associadas a “espíritos”, “essências” e o “self”. Baum parece estabelecer uma relação condicional entre evento inobservável (“hipotético” e “oculto”) e inexistência de poder causal: (a) tendo em vista que eventos privados são inobserváveis; (b) e que eventos inobserváveis não possuem papel causal nas ciências naturais; (c) então, sendo uma ciência natural, a análise do comportamento não teria lugar para os eventos privados em suas explicações.

A INVASÃO DA PRIVACIDADE É POSSÍVEL?

O principal ponto associado à tese da privacidade contingente é que a invasão da privacidade seria possível com os devidos aparatos tecnológicos. Isto é, a existência de eventos privados seria apenas uma condição circunstancial. No momento em que possuímos instrumentos de “invasão da privacidade”, ou como Baum (2011a) os descreve, “máquinas anti-privacidade”, os eventos privados tornar-se-ão públicos. Nosso objetivo principal nesta seção é avaliar a possibilidade de invasão da privacidade.

A invasão da privacidade é possível? Essa ideia é aceita por alguns analistas do comportamento (e.g., Silva, Gonçalves, & Garcia-Mijares, 2007; Ortu, 2012; Palmer, 2009, 2011). É possível que a gênese desse posicionamento esteja em uma passagem de Skinner (1953/1965) na qual o autor afirma que:

A linha entre público e privado não é fixa. A barreira se desloca a cada descoberta de uma técnica para tornar públicos os eventos privados. O comportamento que é de pequena magnitude a ponto de não ser comumente observado pode ser amplificado. O comportamento verbal encoberto poderá ser detectado em movimentos mínimos do aparato da fala. ... O problema da privacidade, portanto, poderá eventualmente ser resolvido por avanços técnicos. (p. 282)

Nessa passagem, Skinner parece defender claramente a tese da privacidade contingente. Com avanços tecnológicos, a barreira entre público e privado deixará de existir, pois, ao final, só existirão eventos públicos. Há aqui uma ambiguidade na obra skinneriana (Zilio, 2013), visto que essa passagem parece afirmar justamente o contrário do que diz o autor (1963) ao afirmar que “quando a privacidade é invadida por instrumentos científicos, a forma de estimulação se modifica; as escalas estudadas pelo cientista não são os eventos privados em si” (p. 952). Como resolvê-la?

Skinner (1953/1965) contemplou a possibilidade de invasão da privacidade ao definir os eventos privados a partir de escalas e magnitudes. Respostas de magnitude pequena, a princípio inobserváveis ao analista do comportamento, poderiam ser “amplificadas” com o uso das ferramentas apropriadas. O exemplo do autor (1953/1965) da fala sub-vocal é claro quanto a isso. De fato, se a privacidade for uma questão de magnitude, então é plenamente possível eliminá-la, ou seja, torná-la pública com o auxílio instrumental. Contudo, esta não é a definição defendida neste ensaio, e em alguns momentos também não o é por Skinner (1963). Conforme argumentamos no primeiro ensaio, dedicado à própria definição de privacidade, o que define os eventos privados é o “contato especial”, isto é, as vias especiais que estabelecem as relações privadas. Assim, tendo em vista essa definição, seria possível invadir a privacidade?

Para discutir essa questão apresentaremos brevemente alguns exemplos de uma área de pesquisa em neurociências denominada “decodificação de estados mentais” (Haynes & Rees, 2006; Tong & Pratte, 2012). Na realidade, o que ocorre é a decodificação de padrões de atividade cerebral. Em linhas gerais, essas pesquisas possuem estrutura semelhante, que pode ser dividida em três fases essenciais: (a) *treino do “classificador” (máquina)*: nessa fase, a máquina (i.e., um computador) “aprende” a associar as características da fonte estimuladora com padrões específicos de atividade cerebral; (b) *construção de algoritmo de análise*: nessa fase, é criado um algoritmo de análise dos padrões de atividade cerebral a partir das informações obtidas no estágio anterior. Em outras palavras, a máquina utiliza a sua base de dados, construída no primeiro estágio, para decodificar informações futuras acerca dos padrões de atividade cerebral; e (c) *fase de teste*: são apresentados estímulos (*inputs*) nunca antes analisados pela máquina. Esta, porém, decodifica o padrão de atividade cerebral do sujeito, transformando-o em resposta (*output*) de interesse do cientista.

Nishimoto et al. (2011) realizaram uma pesquisa que se enquadra perfeitamente nessa estrutura³. Os autores reconstruíram “experiências visuais” a partir da decodificação de atividades cerebrais evocadas pela apresentação de filmes. A decodificação ocorreu por meio de informações obtidas através de ressonância magnética funcional (fMRI). Na primeira fase, ou fase de “treino”, foram apresentados aos sujeitos trechos de filmes ao mesmo tempo em que padrões de atividade nos lobos temporais e occipitais do córtex visual foram medidos por fMRI. Os filmes apresentados também foram decodificados diretamente pela máquina. Em outras palavras, ela tinha acesso a características básicas das imagens. As informações obtidas sobre as características dos filmes apresentados e os padrões de atividade cerebral serviram de base para o estabelecimento de uma correlação entre filme e padrão de atividade neural. Essa correlação é feita por algoritmos que, posteriormente, serão responsáveis por decodificar os padrões de atividade neural. Na fase de teste, por fim, filmes diferentes dos que foram utilizados na fase de treino são apresentados aos sujeitos. A máquina, sem ter acesso a esses novos filmes, mas apenas aos padrões de atividade neural do sujeito ao assisti-los, reconstrói a “experiência visual” a partir do algoritmo criado, tendo como base as informações obtidas na fase de treino. Essa reconstrução consiste, na verdade, na produção de um *output* visual – um vídeo – a partir da análise dos padrões de atividade cerebral do sujeito. Esse vídeo produzido pela máquina é, então, comparado ao vídeo apresentado ao sujeito. De acordo com os autores (2011), há semelhanças notáveis entre esses vídeos⁴. Em síntese, poderíamos dizer que a máquina acessou a “experiência visual” do sujeito sem ter acesso à fonte de estimulação. Se isso é possível para estímulos públicos (como é o caso do vídeo), também seria possível para relações privadas, tais como “imagens mentais” e “pensamento”, o que nos leva ao segundo exemplo.

O objetivo central de Shinkareva et al. (2011) consistiu em avaliar a semelhança entre os padrões de atividade cerebral evocados por imagens e palavras de mesmo significado. Existiriam semelhanças entre as ativações cerebrais ocasionadas pela apresentação da palavra “casa” e pelo desenho de uma casa? E mais, esses padrões seriam sujeito-dependentes ou generalizáveis a outros sujeitos? Para responder essas questões, os pesquisadores propuseram alguns delineamentos experimentais. Aqui apresentaremos três deles. No primeiro, a fase de treino da máquina (chamada de “classificador”) consistiu na apresentação de um conjunto de palavras ao sujeito enquanto suas atividades cerebrais eram medidas através de fMRI. As palavras foram divididas em duas categorias: moradias (e.g., “casa”, “castelo”, “iglu”, “apartamento” e “cabana”) e ferramentas (e.g., “martelo”, “furadeira”, “chave de fenda”, “alicate” e “serra”). Como no exemplo anterior, a máquina tinha acesso aos estímulos apresentados, fator essencial para o estabelecimento de comparações entre estímulos e atividade cerebral. Essas informações serviram de base para o algoritmo de análise dos

3) A descrição a seguir é bastante simplificada. Eliminamos qualquer menção aos detalhes matemáticos do procedimento, já que essas informações não são relevantes para a presente discussão.

4) Há um vídeo comparativo entre as imagens produzidas pela máquina e as imagens apresentadas aos sujeitos no seguinte link: <http://www.youtube.com/watch?v=nsjDnYxJ0bo>

padrões de atividade cerebral a ser utilizado na fase seguinte. A fase de teste, por sua vez, consistiu na apresentação de figuras associadas às palavras apresentadas (e.g., a figura de uma casa e a figura de um martelo). A máquina foi capaz de responder qual o estímulo apresentado aos sujeitos apenas a partir da decodificação de seus padrões de atividade cerebral evocados pelas figuras, possuindo apenas as informações adquiridas pelo treino prévio com palavras.

O segundo delineamento experimental foi semelhante ao primeiro, exceto pela inversão de tipos de estímulos nas fases de treino e teste. Ou seja, figuras foram utilizadas na fase de treino e palavras na fase de teste. Novamente, a máquina foi capaz de responder qual o estímulo apresentado aos sujeitos sem o treino prévio com estímulos do mesmo tipo. Para os autores (2011), esses dados indicaram que as atividades neurofisiológicas associadas à categorização ou classificação de estímulos são semelhantes independentemente da natureza do estímulo (seja, por exemplo, a imagem de uma casa ou a palavra “casa”). Para os nossos propósitos é suficiente mostrar que a máquina foi capaz de decodificar os padrões de atividade cerebral associados à recepção de estímulos a ponto de informar aos experimentadores o que os sujeitos experimentais estavam vendo ou “pensando”⁵ (obviamente, dentro de um universo limitado de possibilidades).

Finalmente, no terceiro experimento, a fase de treino da máquina consistiu na apresentação de um conjunto de palavras a um grupo de sujeitos enquanto suas atividades cerebrais eram medidas através de fMRI. As informações obtidas na fase de treino foram utilizadas pela máquina na fase de teste para decodificar os padrões de atividade neural evocados pela apresentação de figuras a um sujeito que, especificamente, não fez parte do grupo na fase de treino. Em outras palavras, a máquina usou como base para a decodificação informações obtidas a partir da correlação entre estímulos (palavras) e padrões de atividade cerebral de sujeitos que não fizeram parte do teste. Entretanto, mesmo nessa situação, a máquina foi capaz de decodificar com acurácia e responder qual era o estímulo apresentado ao sujeito da fase de teste. Isso significa que os padrões de atividade cerebral não são apenas semelhantes quando há a apresentação de estímulos de natureza distinta, mas de conteúdo semântico similar (i.e., imagem de uma casa e palavra “casa”), mas também que há coincidência entre sujeitos (Shinkareva et al., 2011). Informações sobre a correlação entre estímulos e padrões de atividade cerebral adquiridas de um grupo de sujeitos são suficientes para que a máquina decodifique os padrões de atividade cerebral de outros sujeitos com os quais ela não teve contato prévio. Em poucas palavras, esse tipo de decodificação parece não ser sujeito-dependente⁶.

A questão que nos interessa aqui é se esses experimentos consistem em invasão da “privacidade” do sujeito. Os eventos privados tornaram-se públicos? As máquinas decodificadoras seriam máquinas “anti-privacidade”? Elas seriam capazes de nos informar quais são as “imagens mentais” vistas pelo sujeito (i.e., o ver na ausência do objeto visto)? Elas seriam capazes de nos revelar os “pensamentos” do sujeito (i.e., a “fala interior”)? Nota-se que essas máquinas trataram especificamente da classe de eventos privados denominada “comportamento encoberto”. Em nosso ensaio anterior acerca da definição de privacidade, sugerimos que os comportamentos encobertos seriam fundamentados pelas interconexões entre áreas específicas

5) O termo “pensando” faz referência ao próprio artigo de Shinkareva et al. (2011). Havia um intervalo de tempo de 7 segundos entre as apresentações dos estímulos. Os sujeitos eram aconselhados a “pensar” nos estímulos apresentados durante esse período. Os padrões de atividade neural durante essa fase foram usados pela máquina tanto na fase de treino quanto na fase de teste para apresentar a resposta. Por isso, a máquina não apenas decodificava os padrões neurais associados à visão de um estímulo (i.e., com o estímulo presente), mas também ao pensar sobre o estímulo (i.e., intervalo durante o qual o estímulo não estava presente). Em termos skinnerianos, poderíamos dizer que máquina foi capaz de descobrir o que o sujeito estava vendo na presença do objeto visto e na ausência do objeto visto (ressalte-se: presença e ausência ao sujeito e não à máquina) (cf. Skinner, 1963, 1967).

6) Os autores fizeram um vídeo bastante didático sobre essa e uma série de pesquisas similares. Há nesse vídeo, inclusive, a máquina (ou “classificador”) apresentando as respostas ao experimentadores sobre o que os sujeitos estariam vendo ou “pensando”. Sugestivamente, o título do vídeo é “Demonstração de leitura de pensamento”. Ele pode ser encontrado no seguinte link: http://www.youtube.com/watch?v=JVLu5_hvr8s

do sistema nervoso central, para além das vias periféricas interoceptivas e proprioceptivas reconhecidas por Skinner (1953/1965, 1963, 1969, 1974). No caso dos experimentos ora analisados, apenas através da decodificação de padrões de atividade cerebral as máquinas foram supostamente capazes de nos informar com significância estatística o que os sujeitos estavam vendo e “pensando”. Essa afirmativa é válida?

Acreditamos que a resposta é negativa. A privacidade permanece incólume, mesmo com a sua “invasão”. Por que esses experimentos não invadiram a privacidade? A invasão instrumental não consiste em invasão da privacidade. Um evento interno, como os padrões de atividade cerebral, pode atuar como estimulação exteroceptiva ao neurocientista (e, por assim dizer, à máquina) que conduz o experimento, mas também como estimulação privada ao sujeito do experimento. A privacidade decorre da forma pela qual entramos em contato com a estimulação. O resultado dos experimentos (o *output*, ou seja, as respostas da máquina) é uma decodificação dos padrões de atividade cerebral e não propriamente o “estímulo” visto pela pessoa quando ela “imagina” a figura da casa na ausência do estímulo propriamente dito ou a “resposta encoberta” por ela emitida quando ela “pensa” (“fala interior”) sobre a palavra “casa”. O contato que a máquina tem com as atividades fisiológicas⁷ não é distinto do contato que neurocientistas também possuem. A diferença é que há uma base de dados e um poderoso algoritmo de decodificação que tornam a máquina capaz de inferir com certa acurácia o que o sujeito está vendo ou “pensando”.

Esses experimentos não tornaram os eventos privados observáveis, e nem eliminaram o contato especial que os define. Ainda assim, essas ferramentas são muito úteis, pois fornecem novas possibilidades de previsão e controle do comportamento a partir da análise de eventos fisiológicos associados aos eventos privados (Skinner, 1945, 1957, 1974; Zilio, 2013). A máquina não acessa a “imagem” ou o “pensamento” do sujeito propriamente dito. Não há diferenças entre a resposta da máquina de que o sujeito esteja vendo a imagem de sua “casa” e a possível resposta de um observador atento que nota indícios de comportamentos públicos associados à lembrança da “casa” e, então, diz “ele provavelmente está pensando sobre sua casa”. Em seus relatos, tanto a máquina quanto o observador estão sendo controlados “exteroceptivamente” por eventos públicos, sejam eles atividades neurofisiológicas ou respostas manifestas, e não por eventos privados.

A situação se torna ainda mais evidente se mudarmos de exemplo e retomarmos o caso da dor de dente da Jane apresentado por Baum (2011a). Após um período de treino, a máquina poderia decodificar os padrões de atividade cerebral de Jane e concluir que ela está com “dor de dente”. No entanto, assim como o dentista, a máquina não “sentiu” a dor de dente de Jane, nem permitiu a um terceiro que a sentisse. Ela não a tornou pública, no sentido de publicamente compartilhável.

Portanto, ao que parece, Baum (2011a) está correto em supor que haveria problemas com as “máquinas anti-privacidade”, mas os motivos pelos quais faz isso podem ser criticados. Como vimos, o autor afirma que a possibilidade de existência futura de máquinas anti-privacidade é uma questão de “fê”. Entretanto, ainda que tais máquinas existissem, elas não seriam úteis na explicação do comportamento, já que só poderiam ser usadas em contextos experimentais específicos, e ainda produziriam resultados cuja validação dependeria dos relatos introspectivos dos sujeitos que tiveram a privacidade “invadida”.

Porém, a representação da máquina anti-privacidade como um “capacete ligado a uma tela de televisão” feita por Baum (2011a, p. 189) é um tanto grosseira (Palmer, 2011). Baum parece querer fortalecer o seu argumento da “fê” pela exposição caricata da máquina anti-privacidade, sem levar em consideração (ao menos não em seus textos) a vasta literatura em neurociências que trata desse problema, e da qual extraímos apenas dois exemplos. O argumento da utilidade também é problemático. Diríamos que caixas de Skinner, ressonâncias magnéticas funcionais, eletroencefalogramas, etc., não são ferramentas “úteis” por não serem

7) Contato indireto, diga-se de passagem, tendo em vista que as pesquisas com fMRI usam como marcadores o fluxo sanguíneo, e não atividades moleculares e celulares do sistema nervoso.

utilizáveis fora de situações controladas? Provavelmente não. Então, por que deveríamos avaliar a máquina anti-privacidade a partir desse critério?

Finalmente, chegamos ao terceiro problema na máquina anti-privacidade apontado por Baum (2011a): a validação de seus resultados dependeria, em última instância, do relato introspectivo dos sujeitos. Nesse ponto, acreditamos que Baum esteja correto. Nos experimentos descritos anteriormente, os cientistas assumiram que os classificadores (computadores – máquinas anti-privacidade) acertaram suas respostas por conta do conhecimento prévio sobre os estímulos apresentados (palavras, imagens e vídeos específicos) e sobre as orientações específicas dadas aos sujeitos (e.g., “pensar na imagem de uma casa”). Porém, em última instância, o sujeito poderia dizer: “Na verdade, estava pensando não em uma casa, mas em uma laranja”. Essa possibilidade nos coloca diante da seguinte questão: devemos confiar no relato da máquina ou no relato do sujeito?

Obviamente, responder essa questão demandaria a análise de outras variáveis, para além das respostas em si. Para começar, o sujeito teria razões para mentir sobre o seu evento privado? Não é caso de ficção científica a existência futura de classificadores (ou máquinas anti-privacidade) que atinjam em suas análises grau de acurácia significativamente relevante, a ponto de serem usadas com o objetivo de desvendar o que os sujeitos estariam “pensando”, “sentindo”, etc. Trata-se, inclusive, de um dos temas centrais da “neuro-ética”, área dedicada à reflexão das consequências éticas, morais e legais associadas às neurociências (Garnett et al., 2011; Illes & Sahakian, 2011; Levy, 2007; Shen, 2013). Os aparatos descritos brevemente em nossos exemplos, tais como fMRI e computadores que processam algoritmos de análise, são apenas o início desse processo de desenvolvimento tecnológico. Ainda assim, a privacidade parece permanecer intocada. Essas ferramentas forneceriam outros meios de inferir os eventos privados, para além dos comportamentos públicos; novas informações que poderão ser usadas tanto no ensino quanto na contestação do relato de eventos privados pelos sujeitos. Mas os eventos privados permanecem privados. Então, o que fazer?

A POSSIBILIDADE DA PRIVACIDADE EM PRINCÍPIO

Tendo em vista as considerações feitas na seção anterior, poderíamos concluir que as relações privadas seriam em princípio privadas? Acreditamos que não exista uma resposta peremptória a essa questão. Defendemos apenas que os avanços tecnológicos não eliminaram os dois aspectos definidores dos eventos privados: o contato especial e impossibilidade de observação a terceiros. Nesse contexto, Baum (2011a) assevera que “a despeito de suas desvantagens, a noção de que os eventos privados são em princípio públicos permanece a única posição sustentável para o behaviorismo radical” (p. 188) - posição essa compartilhada por Himeline (2011) e Palmer (2011). Baum estaria correto? Não haveria espaço para a defesa da privacidade em princípio no behaviorismo radical? O objetivo desta seção é argumentar que não há problemas em aceitar a tese da privacidade em princípio, visto que as críticas Baum (2011a, 2011b) direcionadas a essa alternativa seriam inválidas.

Retomando os problemas da privacidade em princípio, conforme apontados por (Baum, 2011a): subjacente à tese da privacidade em princípio estaria a suposição de que haveria uma diferença “qualitativa” entre eventos públicos e privados. Essa dicotomia público-privado seria, para Baum, tão problemática quanto a dicotomia mente-corpo, pois nunca poderíamos saber como os eventos privados se relacionam com eventos públicos.

Ao associar a dicotomia público-privado à dicotomia mente-corpo, Baum (2011a) coloca o problema mente-corpo no contexto da dicotomia público-privado. Porém, acreditamos que o autor tenha cometido um erro categorial em seu argumento. O erro categorial ocorre quando coisas pertencentes a uma categoria específica são descritas como pertencentes a uma categoria distinta (Ryle, 1949). O erro categorial de Baum (2011a) foi justamente fazer do problema mente-corpo um problema de privacidade em princípio. Erro, diga-se, também compartilhado por Palmer (2011).

Em linhas gerais, a dicotomia mente-corpo, tal como apresentada por Descartes (1641/1984), consiste na ideia de que existiriam duas substâncias distintas, a mental (*res cogitans*) e a física (*res extensa*). O problema mente-corpo, por sua vez, resume-se em entender como essas substâncias distintas se relacionariam entre si. Como a mente imaterial seria capaz de influenciar as atividades do corpo físico, e vice-versa? Esse problema estabeleceu a agenda da filosofia da mente contemporânea (cf. Churchland, 1988/2004; Kim, 1996).

Sendo assim, a dicotomia mente-corpo e o problema mente-corpo são temas ligados à categoria de substância. Não podemos dizer o mesmo no caso da dicotomia público-privado. Eventos privados são tão físicos quanto os eventos públicos, mas há uma diferença relacional estabelecida pelas vias de contato especiais. Essas vias instanciam relações comportamentais distintas. Consequentemente, o problema mente-corpo, ou nas palavras de Baum (2011a), o problema sobre como eventos públicos interagem com eventos privados, não se aplica. Eventos privados possuem uma diferença “qualitativa” em relação aos eventos públicos apenas no sentido de serem de “qualidades” ou “tipos” diferentes. Mas isso não invalida o fato de que eles também são eventos comportamentais físicos e sujeitos às contingências de seleção, tal como os eventos públicos (cf. Marr, 2011; Palmer, 2009, 2011). Skinner (1988) é explícito quanto a esse ponto: “é verdade que falar sobre um mundo público e privado ‘leva a uma interpretação dualista’, mas o dualismo é simplesmente entre público e privado, e não entre físico e mental” (p. 316).

O estudo dos eventos privados certamente apresenta dificuldades, já que terceiros não teriam acesso às relações privadas enquanto tais. Mas isso não justifica a associação feita por Baum (2011a) com o problema mente-corpo e, conforme veremos a seguir, sua tentativa de eliminar os eventos privados de uma ciência natural do comportamento.

O PAPEL DOS EVENTOS PRIVADOS NA CIÊNCIA DO COMPORTAMENTO

Os eventos privados não seriam, para Baum (2011a, 2011b), objetos de estudo apropriados a uma ciência natural do comportamento. Ainda mais se eles permanecerem privados: “Se não se pode torná-los públicos até mesmo com a ajuda de instrumentos, então eles continuam sendo causas sobrenaturais [*ghostly*] e seus efeitos permanecem misteriosos” (2011a, p. 188). Conforme dito anteriormente, Baum estabelece uma relação condicional entre evento inobservável e ausência de poder causal. Por serem inobserváveis, os eventos privados não possuiriam papel causal e/ou explicativo nas ciências naturais.

Em primeiro lugar, aceitar eventos inobserváveis na análise do comportamento não a invalida enquanto ciência natural (Marr, 2011; Palmer, 2009, 2011). Esse argumento de Baum (2011a) pode ser consequência do problema apontado por ele, que consideramos falso, acerca da tese da privacidade em princípio. A aceitação do dualismo cartesiano, ou seja, da existência de uma substância mental distinta da física, implica na negação de uma proposta naturalista de ciência da “mente”. Afinal, essa entidade não faria parte do mundo físico ou mundo natural. No entanto, a dicotomia público-privado não é de caráter substancialista, mas sim relacional. Relações privadas são tão físicas e naturais quanto as relações públicas.

Em adendo, as ciências naturais lidam continuamente com eventos inobserváveis. Por que seria diferente com a análise do comportamento? (Marr, 2011; Palmer, 2009, 2011). Nesse caso, Palmer (2009, 2011) argumenta em favor da existência de um “princípio da continuidade”, de acordo com o qual fenômenos inobserváveis estariam submetidos aos mesmos princípios que os observáveis. Privacidade não implica necessariamente ruptura com as leis do comportamento. Relações privadas são antes de tudo relações comportamentais, e devem ser tratadas como tais.

Todavia, esse tratamento é dificultado pela impossibilidade de observação dos eventos privados por terceiros. Como contornar esse problema? Uma alternativa estaria na interpretação do comportamento, isto é, na aplicação do conhecimento adquirido pelo estudo dos eventos públicos à análise dos eventos privados (Skinner, 1953/1965, 1956/1961, 1988). Para Skinner (1956/1961) seria estratégia legítima “interpretar

certas instâncias do comportamento inferindo variáveis possíveis sobre as quais nos faltam informação direta” (p. 206). Palmer (2011) descreve claramente esse procedimento: “Muitos dos fenômenos da natureza encontram-se além das nossas habilidades de examinar, controlar, e observar, mas a ciência sempre interpreta tais fenômenos à luz dos princípios derivados de observações feitas sob condições ótimas” (p. 201).

Portanto, a aceitação de eventos inobserváveis é plenamente compatível com a proposta das ciências naturais. Mas esse ainda seria o caso quando os eventos são inobserváveis em princípio? A proposta das ciências naturais envolve não a premissa de que tudo é passível de observação, mas sim de que é possível apresentar explicações científicas aos eventos do mundo natural, que é o único mundo que existe, o mundo “físico”, por assim dizer. A existência dos eventos privados, mesmo em princípio, não implica no dualismo substancial. O mundo permanece substancialmente o mesmo. Mas há relações comportamentais nesse mundo - e dentre elas, relações que são privadas.

Durante boa parte de seu texto, Baum (2011a) trata da questão da acessibilidade aos eventos privados como implicando “dois usos” diferenciados da palavra “privado”: tais eventos seria privados (1) em princípio ou (2) apenas circunstancialmente. Conforme apontamos há pouco, as “máquinas anti-privacidade” imaginadas por Baum não eliminariam o caráter privado de tais eventos, e é mesmo possível que nenhuma tecnologia venha algum dia a fazê-lo. Mas cabe notar, a despeito disso, que essa é uma questão empírica, sobre a qual podemos apenas fazer previsões - e, mais importante do que isso, não é essencial ou indispensável “optar” por uma ou outra alternativa a fim de adotar uma posição clara sobre o *status* dos eventos privados. Mesmo que a invasão tecnológica da privacidade fosse possível, isso não mudaria o fato de que estamos lidando com eventos físicos, diferenciados apenas pelas vias de contato especiais pelas quais usualmente são acessíveis aos sujeitos.

Em tempo, além do suposto problema em aceitar eventos privados numa ciência natural, Baum (2011a, 2011b) também apresenta outros argumentos visando justificar a sua alternativa de eliminação dos eventos privados da análise do comportamento. O autor (2011a) argumenta que os eventos privados não seriam necessários na análise do comportamento porque eles não explicariam a “origem” do comportamento. Em suas palavras: “Eventos privados são irrelevantes para entender a função do comportamento, isto é, das atividades em relação com eventos ambientais. Visto que as origens do comportamento sempre estão no ambiente, as origens do comportamento são públicas” (p. 186). Baum afirma, portanto, que a “origem” do comportamento está sempre no ambiente, e a partir dessa afirmativa conclui que essa “origem” é pública. Primeiramente, cabe lembrar que nem todo ambiente é público. Por definição, qualquer evento no universo capaz de afetar o organismo faz parte de seu ambiente (Skinner, 1953/1965). Dessa forma, em princípio, a pele não é uma barreira, e o ambiente não é o que “circunda” o organismo. Nas palavras de Skinner (1953/1965): “parte do universo está contida dentro da própria pele do organismo. [...] Em outras palavras, uma pequena parte do universo é privada” (p. 257). Sendo assim, se a “origem” do comportamento está no ambiente e parte do ambiente é privada, então é possível que a “origem” do comportamento possa ser, em certa medida, privada.

Em segundo lugar, note o uso das aspas quando apresentamos o termo “origem”. É na ausência de clareza quanto ao uso do termo “origem” que encontramos o segundo problema com esse argumento de Baum. De acordo com o dicionário Houaiss (2009), o termo “origem” está associado às ideias de fonte, ponto inicial, causa e razão. Faz sentido, então, questionarmos onde estaria a “origem” do comportamento? O que a análise do comportamento faz é estabelecer um recorte arbitrário do fenômeno – um recorte que possibilita a previsão e o controle através da manipulação de variáveis que são em sua maioria públicas, mas não a “origem” enquanto ponto inicial responsável por causar uma dada relação comportamental (Zilio, 2012). O comportamento é um processo de fluxo contínuo, e nesse fluxo não há ponto inicial, ou causa suficiente, para alguma relação comportamental sob análise.

Baum (2011a) também discute sobre a utilidade e a necessidade dos eventos privados em uma ciência do comportamento. Há diferenças sutis entre suas afirmativas relativas à utilidade e necessidade que merecem atenção. Em dado momento, Baum (2011a) afirma que os eventos privados não seriam “úteis” para uma explicação do comportamento: “eventos privados não são úteis em uma ciência do comportamento ..., [eles] constituem uma distração desnecessária. Eventos privados são irrelevantes para entender a função do comportamento, isto é, atividades em relação com eventos ambientais” (p. 186). A inutilidade decorreria do fato de que seria possível explicar uma dada relação comportamental sem recorrer aos eventos privados.

Qual seria, então, o critério de utilidade? Tendo em vista que Baum (2011a), a exemplo de Skinner (1953/1965, 1956/1961, 1969), parece adotar um critério pragmático, a utilidade seria avaliada pela possibilidade de construção de conhecimento que proporcione a interação efetiva com o mundo (isto é, o aumento da probabilidade de consequências reforçadoras). No caso da explicação do comportamento, essa efetividade está intimamente relacionada à possibilidade de previsão e controle do fenômeno (Smith, 1992). Assim, “útil” é o que possibilita a previsão e o controle, e a explicação do comportamento é avaliada levando-se em conta esses critérios. Para Baum (2011a), eventos privados não seriam “úteis” na explicação do comportamento porque seria possível criar condições de previsão e controle apenas a partir da análise molar de padrões estendidos de comportamentos públicos.

O problema com o argumento da utilidade está em eximir os eventos privados de qualquer função na explicação do comportamento - isto é, em negá-los qualquer utilidade. Poderíamos, contudo, questionar: e quando não tivermos acesso à história de vida do sujeito, ou não for possível uma análise molar de seu comportamento? (Marr, 2011, Palmer, 2011). Um dos argumentos tecnológicos de Baum (2011a) contra a tese da privacidade contingente consistiu em supor que o uso de uma máquina anti-privacidade seria inviável no dia-a-dia e, por isso, não seria útil. Mas não poderíamos dizer o mesmo da análise molar? Em quais situações do dia-a-dia teríamos acesso à história de vida do sujeito ou seríamos capazes de observar o seu comportamento por um período estendido de tempo? Normalmente, isso só é possível em situações experimentais controladas, assim como o uso da máquina anti-privacidade. Para Palmer (2009, 2011), recorrer aos eventos privados consiste em estratégia bastante útil na interpretação do comportamento quando não temos acesso à história de vida do sujeito, ou quando a análise molar é inviável.

Contudo, Baum (2011a) não se limita ao argumento da utilidade. O autor também afirma que os eventos privados seriam desnecessários para fornecer uma explicação completa do comportamento - o que podemos chamar de argumento da necessidade: “a real solução do problema da privacidade consiste em notar que os eventos privados são desnecessários para entender o comportamento. ... Uma *explicação completa* pode ser fornecida sem eles” (p. 197, *italico adicionado*). Em adição, Baum (2011a) também assume que os eventos privados não possuem papel causal: “qualquer ação ou estímulo privado não é causal e nem essencial” (p. 194).

Que critérios seriam utilizados para atestar a completude de uma explicação? É coerente supor que uma “explicação completa” seria aquela que idealmente apresenta todas as variáveis responsáveis pela ocorrência do fenômeno. Nada seria deixado de fora. Vamos supor por um momento que tal completude seja passível de verificação, isto é, que seja possível afirmar sem qualquer dúvida que uma explicação, de fato, esgotou tudo o que seria relevante saber acerca das variáveis responsáveis por um fenômeno. O que Baum (2011a) parece sugerir é que tal explicação completa do comportamento não envolveria os eventos privados. Se os eventos privados não figuram entre as variáveis necessárias para a ocorrência de um fenômeno comportamental, então eles não possuem papel causal algum no comportamento do sujeito.

Para explicitar a diferença manifesta entre o argumento da utilidade e o argumento da necessidade é interessante adaptar à situação o experimento de pensamento em filosofia da mente conhecido como “zumbi

filosófico” (Chalmers, 1996)⁸. No presente contexto, os zumbis seriam criaturas que se comportam tal como os seres humanos. Seja em situações naturais ou experimentais, seria impossível distinguir o comportamento de um zumbi em comparação ao comportamento de um ser humano. A aparência do zumbi também seria idêntica à do ser humano. Enfim, não seria possível diferenciá-los apenas a partir da análise de seu comportamento e de suas características fisionômicas manifestas⁹. A única diferença entre os zumbis e os seres humanos estaria no fato de que os primeiros não possuem eventos privados. Relações privadas como a “dor” de dente de Jane e o “pensamento” de Tom, apresentadas pelas personagens dos exemplos de Baum (2011a) discutidos no primeiro ensaio sobre a definição de privacidade, não seriam parte do repertório do zumbi. Mas, mesmo assim, os zumbis se comportariam tal como nós.

Evidentemente, o zumbi é uma criatura absurda. É um exercício de ficção. Sendo esse o caso, qual seria a sua importância para o debate? A função desse exercício é explicitar uma característica marcante do argumento da necessidade desenvolvido por Baum (2011a). Quando afirma que uma “explicação completa” do comportamento pode ser fornecida sem recorrer aos eventos privados e que estes não possuiriam papel causal algum, Baum (2011a) acaba por tornar o zumbi, conforme descrito há pouco, concebível. Ora, se eventos privados não possuem papel causal e não fazem parte de uma explicação completa, então tais zumbis são logicamente concebíveis. Afinal, mesmo não possuindo eventos privados, eles se comportam tal como os seres humanos.

A questão relevante nesse contexto não é se eventos privados existem ou não: “Eu não estou dizendo que eles não existem” (p. 186), afirmou Baum (2011a) ao descrever os tipos de eventos privados. Mesmo aceitando a existência de eventos privados, o problema está em assumir que eles não possuem papel causal ou que não fazem parte de uma explicação completa, pois, nesse caso, eles não passariam de epifenômenos. A existência dos eventos privados seria causalmente insignificante, e o zumbi ainda seria uma possibilidade lógica.

Admitimos que Baum (2011a) está correto em sugerir que é possível chegar à previsão e ao controle do comportamento sem levarmos em conta os eventos privados. Até mesmo Skinner (1953/1965) estava ciente desse fato. Em capítulo do livro *Science and Human Behavior* dedicado aos eventos privados, o autor (1953/1965) ponderou: “felizmente, a questão é raramente crucial no controle prático do comportamento humano. O leitor cujos interesses são essencialmente práticos e que talvez prefira, assim, avançar para os capítulos posteriores, pode fazê-lo sem sérios prejuízos” (p. 258). Nesse momento, faz-se útil uma analogia. Assim como Skinner (1953/1965, 1974, 1988) afirmou mais de uma vez que seria possível atingir grau significativo de previsão e controle do comportamento sem conhecimento da fisiologia do organismo, Baum (2011a, 2011b) diz o mesmo acerca dos eventos privados. No entanto, Skinner não estava sugerindo que a fisiologia não era importante ou até mesmo essencial para a própria existência de relações comportamentais (Zilio, 2013). Negar isso seria absurdo. Mas, como vimos, Baum (2011a) parece defender justamente isso em relação aos eventos privados, através de seu argumento da necessidade.

A questão não se limita mais à possibilidade de previsão e controle sem levar em consideração os eventos privados (i.e., o argumento pragmático da utilidade proposto por Baum). Como vimos, o suposto zumbi do argumento da necessidade parece sugerir que eventos privados não possuiriam papel causal algum. De fato, parece possível, pelo menos em alguns casos, atender ao critério pragmático de Baum e de Skinner

8) O argumento do zumbi é usado em filosofia da mente para discutir o problema da consciência fenomênica (Chalmers, 1996). Nesse caso, os zumbis seriam seres fisicamente idênticos e se comportariam tal como os seres humanos. A única diferença estaria no fato de não possuírem experiências fenomênicas: a “dor” sentida, o “gosto” do vinho, e assim por diante.

9) Os zumbis “baumianos” não seriam fisicamente idênticos aos seres humanos, já que a definição de privacidade aqui sugerida depende de características anatomo-fisiológicas, a saber, as vias de contato especiais que tornam possíveis as relações privadas.

(i.e., criar condições para a ação efetiva), sem levar em consideração os eventos privados. Mas estamos prontos para dizer, a exemplo de Baum (2011a), que eles não seriam parte relevante das condições que levaram Jane ao dentista? Ou que o “pensamento” de Tom quando este parou de cavar não teve papel causal algum sobre as suas ações consequentes?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, o que fazer com os eventos privados? As reflexões feitas ao longo deste ensaio, inspiradas pelas ideias de Baum (2011a, 2011b), nos levam a crer que, mesmo que a tese da privacidade em princípio seja válida, ela não tem como consequência necessária a volta do dualismo mente-corpo. Tampouco consiste em violação do modelo de ciência natural aceitar os eventos privados (sejam eles privados em princípio ou contingentes) como objeto de estudo legítimo da análise do comportamento.

A afirmativa de que novas técnicas neurofisiológicas contribuem para a invasão da privacidade (e.g., Silva, Gonçalves, & Garcia-Mijares, 2007; Ortu, 2012) parece partir de uma concepção de privacidade passível de críticas. Essas ferramentas são muito úteis, pois fornecem novas variáveis (eventos fisiológicos “públicos”) indicadoras da ocorrência de eventos privados. Elas podem, inclusive, auxiliar a comunidade verbal no ensino do relato de eventos privados aos seus membros (Skinner, 1974). No entanto, assim como o dente inflamado é um indicativo da “dor de dente”, mas não é a dor de dente em si mesma, as decodificações feitas pelas máquinas anti-privacidade (ferramentas neurofisiológicas como EEG e fMRI) são indicativos da ocorrência de eventos privados, mas não são os eventos privados propriamente ditos. Não há invasão. Eventos privados não se tornam públicos através de tais técnicas.

O que dizer sobre o papel dos eventos privados na explicação do comportamento? Nesse caso, Baum apresenta dois argumentos diferentes: o argumento da necessidade e o argumento da utilidade. No primeiro caso, Baum parece defender que eventos privados não existem ou são meros epifenômenos. De qualquer forma, não haveria diferença entre o comportamento do “zumbi filosófico”, conforme descrito há pouco, e o do ser humano, haja vista que eventos privados não possuiriam papel algum enquanto causas do comportamento e, conseqüentemente, não fariam parte de uma hipotética explicação completa do fenômeno. No segundo caso, Baum parece sugerir que é possível prever e controlar com grau aceitável o comportamento sem levar em conta os eventos privados. Somando-se a esse fato todos os supostos problemas apontados por Baum (2011a), o autor argumenta que seria melhor eliminar os eventos privados por completo da análise do comportamento.

Todavia, acreditamos que eventos privados são essenciais para entendermos o comportamento como um todo. Uma explicação que não os leve em consideração é, na melhor das hipóteses, incompleta, ainda que supra critérios pragmáticos de previsão e controle. A dificuldade em estudá-los não deve ser usada como justificativa para condená-los ao ostracismo científico. Ainda que não promovam invasão literal da privacidade (i.e., os eventos privados não se tornam públicos), os avanços tecnológicos em neurociências, exemplificados pelos experimentos com “máquinas anti-privacidade” descritos anteriormente, trazem à tona variáveis relevantes que podem contribuir para a promoção de maiores condições de controle e previsão sobre os eventos privados.

Em suma, após a crítica aos argumentos de Baum (2011a, 2011b) em favor da eliminação dos eventos privados, o que fica é simplesmente uma parte relevante das relações comportamentais que, por conta de sua própria natureza, é de difícil estudo. Entretanto, “dificuldade” não é algo que deve frear o desenvolvimento científico. Pelo contrário, deve servir de incentivo. Nesse contexto, o que deveríamos fazer, enquanto analisamos o comportamento: aceitar o desafio, com todas as suas dificuldades, ou ignorar uma parte relevante do comportamento humano sob pena de sermos mais uma vez acusados de não dar conta de sua complexidade? A nós, a resposta é bastante óbvia.

REFERÊNCIAS

- Baum, W. M. (2011a). Behaviorism, private events, and the molar view of behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 185-200.
- Baum, W. M. (2011b). No need for private events in a science of behavior: Response to commentaries. *The Behavior Analyst*, 34(2), 237-244.
- Chalmers, D. (1996). *The conscious mind: In search of a fundamental theory*. New York: Oxford University Press, 1996.
- Churchland, P. M. (2004). *Matéria e consciência: Uma introdução contemporânea à filosofia da mente* (M. C. Cescato, Trad.). São Paulo: Editora Unesp. (Obra original publicada em 1988).
- Descartes, R. (1984). Meditations on first philosophy and Objections and replies. Em J. Cottingham, R. Stoothoff, & D. Murdoch (Eds.). *The philosophical writings of Descartes* (Vol. 2). Cambridge: Cambridge University Press. (Obra original publicada em 1641).
- Garnett, A., Whiteley, L., Piwowar, H., Rasmussen, E., & Illes, J. (2011). Neuroethics and fMRI: Mapping a fledgling relationship. *PLoS ONE*, 6(4), 1-7.
- Haynes, J-D., & Rees, G. (2006). Decoding mental states from brain activity in humans. *Nature Reviews Neuroscience*, 7, 523-534.
- Hineline, P. (2011). Private versus inner in multiscaled interpretation. *The Behavior Analyst*, 34(2), 221-226.
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* [software de computador]. FL Gama Design Ltda.
- Illes, J., & Sahakian, B. K. (2011). *The Oxford handbook of neuroethics*. New York: Oxford University Press.
- Kim, J. (1996). *Philosophy of mind*. Colorado: Westview Press.
- Levy, N. (2007). *Neuroethics: Challenges for the 21st century*. New York: Cambridge University Press.
- Nishimoto, S., Vu, A., Naselaris, T., Benjamini, Y., Yu, B., & Gallant, J. (2011). Reconstructing visual experiences from brain activity evoked by natural movies. *Current Biology*, 21, 1641-1646.
- Ortu, D. (2012). Neuroscientific measures of covert behavior. *The Behavior Analyst*, 35(1), 75-87.
- Palmer, D. C. (2009). The role of private events in the interpretation of complex behavior. *Behavior and Philosophy*, 37, 3-19.
- Palmer, D. C. (2011). Consideration of private events is required in a comprehensive science of behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 201-207.
- Ryle, G. (1949). *The concept of mind*. New York: Barnes & Noble Books.
- Shen, F. X. (2013). Neuroscience, mental privacy and the law. *Harvard Journal of Law & Public Policy*, 36(2), 653-713.
- Shinkareva, S., Malave, V., Mason, R., Mitchell, T., & Just, M. (2011). Commonality of neural representations of words and pictures. *NeuroImage*, 54, 2418-2425.
- Silva, M. T. A., Gonçalves, F. L., & Garcia-Mijares, M. (2007). Neural events in the reinforcement contingency. *The Behavior Analyst*, 30(1), 17-30.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *The Psychological Review*, 52(1), 270-277, 291-294.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1961). What is psychotic behavior? Em B. F. Skinner, *Cumulative record: A selection of papers* (2ª ed., pp. 202-219). New York: Appleton-Century-Crofts. (Obra original publicada em 1956).
- Skinner, B. F. (1963). Behaviorism at fifty. *Science, New Series*, 140(3570), 951-958.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: The Free Press. (Obra original publicada em 1953).

- Skinner, B. F. (1967). The problem of consciousness – a debate. *Philosophy and Phenomenological Research*, 27(3), 325-337.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1988). Comments. Em A. C. Catania, & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior: The operant behaviorism of B. F. Skinner: comments and consequences*. New York: Cambridge University Press.
- Smith, L. D. (1992). On prediction and control: B. F. Skinner and the technological ideal of science. *American Psychologist*, 47(2), 216-223.
- Tong, F., & Pratte, M. S. (2012). Decoding patterns of human brain activity. *Annual Review of Psychology*, 63, 483-509.
- Zilio, D. (2012). *Skinner's arguments for the independence of behavior analysis from physiology: A review*. Poster session presented at the Theory and Philosophy Conference from Association for Behavior Analysis International (ABAI), Santa Fe, NM.
- Zilio, D. (2013). *Análise do comportamento e neurociências: Em busca de uma possível síntese*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Received: November 10, 2013

Accepted: July 12, 2014